

**MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO PARANÁ:  
PENSAMENTOS E REFLEXÕES DE PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO  
DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

***CHANGES IN SPECIAL EDUCATION IN THE STATE OF PARANÁ: THOUGHTS AND  
REFLECTIONS OF TEACHERS AT A SPECIAL EDUCATION INSTITUTION***

Paulino Hykavei Júnior <sup>1</sup>

Gilmar de Carvalho Cruz <sup>2</sup>

**RESUMO**

A Educação Especial no Estado do Paraná sofreu mudanças no ano de 2011 devido a uma Resolução da Secretaria de Educação do Estado. A mudança na nomenclatura das instituições especiais modificou os atendimentos, passando a fazer parte do processo da educação básica. Essa alteração se iniciou após um pedido efetuado pelos gestores dessas instituições, afirmando que o trabalho dentro da instituição atendia todos os objetivos da educação básica. O principal objetivo do trabalho foi verificar as mudanças ocorridas em uma Escola de Educação Especial após a publicação da Resolução 3600/2011 GS/SEED. Para tanto, foram realizadas entrevistas com cinco professores que participaram dessa mudança. Após as respostas dos professores, entendemos que o trabalho dentro da instituição continua o mesmo, alterando em algumas turmas a preocupação apenas com o processo educacional dos alunos, deixando de lado a perspectiva assistencialista da instituição.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Deficiência. Educação Básica.

**ABSTRACT**

Special Education in the State of Paraná changed in 2011 due to a Resolution from the State Department of Education. The change in the nomenclature of special institutions changed the services, becoming part of the basic education process. This change started after a request made by the managers of these institutions stating that the work within the institution met all the objectives of basic education. The main objective of the work was to verify the changes that occurred in a Special Education School after the publication of Resolution 3600/2011 GS/SEED. To this end, interviews were conducted with five teachers who participated in this change. After the responses of the teachers, we understand that the work within the institution remains the same, changing in some classes the concern only with the educational process of the students, leaving aside the assistance side of the institution.

**Keywords:** Special Education. Disability. Basic Education.

---

1 Universidade Estadual de Ponta Grossa.

2 Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## INTRODUÇÃO

Estudos de Januzzi (2004) e Mazzota (1996) mostram que a criação de instituições especializadas foi a primeira iniciativa feita para o atendimento de pessoas com deficiência. Esse processo sofre muitas críticas, pois vai contra as políticas de inclusão escolar. Talvez isso aconteça devido ao termo utilizado na LDB nº 9394/1996, que cita que o atendimento deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino. A palavra preferencialmente não obriga alunos com deficiência a serem atendidos na educação básica, dando margem às matrículas em instituições especializadas.

A história nos mostra uma espécie de exclusão quando falamos de pessoas que não se enquadram num certo padrão considerado normal. Pessoas com deficiência são excluídas e marginalizadas em todos os aspectos, principalmente no âmbito da educação.

Até o século XVII, a deficiência era explicada pelo misticismo, o que demonstra a falta de conhecimento de causa na época. O medo pelo desconhecido trazia várias explicações para o assunto. Como os padrões não eram aqueles estabelecidos socialmente, tais explicações, de certa forma, confortavam as dúvidas que surgissem (MAZZOTTA, 1996).

Durante séculos, as pessoas com deficiência permaneciam isoladas, controladas pela igreja, asilos, albergues e instituições filantrópicas. atendimentos educacionais só aconteceram graças aos médicos Itard e Seguin, que foram os pioneiros em oferecer situações pedagógicas às pessoas com deficiência. Dessa maneira, a partir do século XX, começam a surgir as primeiras escolas especiais (D'ANTINO, 1998)

Com essa exclusão, algumas práticas foram adotadas para que essas pessoas pudessem receber algum tipo de atendimento. Esse atendimento nem sempre foi considerado eficaz ou um processo no qual o desenvolvimento educacional fosse pleno e significativo. A segregação está embutida nesse processo e instituições foram criadas num sentido assistencialista para o atendimento desses grupos marginalizados e excluídos. D'Antino (1998) cita que a maior parte das instituições criadas era para atender essa parcela da população que a educação comum não atendia. Desse modo, os pais se organizaram e criaram essas instituições, no intuito de oferecer um atendimento considerado diferenciado para os seus filhos. Esse atendimento nem sempre tinha como objetivo principal a educação, mas um local em que o assistencialismo era o mais importante.

A Educação Especial não tinha como ponto principal o desenvolvimento pedagógico, mas pretendia ser um local onde as pessoas com deficiência pudessem exercer algum tipo de atividade:

Seu currículo priorizava a “instrução básica” com o ensino das letras e noções da aritmética, mas destacava-se o trabalho manual para o treinamento industrial. O espaço híbrido das instituições *asilos-escola-oficina* produzia mão-de-obra barata para um processo ainda incipiente de produção industrial e reservava, aos cegos e surdos, um trabalho desqualificado em troca de um arremedo de salário ou um prato de comida (PARANÁ, 2006. p. 19).

A história da educação especial nos mostra uma marginalização desse grupo que era atendido de acordo com uma concepção assistencialista. Esse fator acontecia devido às baixas expectativas educacionais que se tinha em relação aos alunos com deficiência. As classificações e os rótulos só aumentavam a exclusão desses alunos perante a sociedade. No início da humanidade, havia a exclusão de pessoas que não faziam parte de um padrão imposto pela sociedade, sendo elas marginalizadas. Tal exclusão fez com que essas pessoas vivessem de uma forma distante do convívio com os demais.

Essa prática era executada em diversas culturas. Sasaki (2003) cita que a exclusão social dessas pessoas acontecia pela situação atípica que elas se encontravam. Por isso, fo-

ram criadas instituições para que existisse uma espécie de inclusão social, mesmo sendo este atendimento segregado. A marginalização dessas pessoas é citada por Mazzota (1982) como a ausência de qualquer tipo de atendimento dentro da sociedade. Esse atendimento se refere tanto à forma social quanto à forma educacional. Mesmo assim, tais pessoas recebiam algum tipo de atendimento, sendo ele filantrópico e assistencialista. Com isso, houve uma necessidade da criação de instituições que ofertassem esses atendimentos.

A grande maioria das instituições particulares, destinadas ao atendimento do educando com deficiência mental, nasce da constatação que a área da Educação Especial ocupou sempre um restrito espaço no seio das preocupações governamentais. Este espaço, então ao ficar aberto, foi, e tem sido ocupado por associações formadas e dirigidas por leigos (pais), o que parece lhes imprimir características peculiares, tanto no tocante à sua estrutura organizacional como o seu funcionamento (D'ANTINO, 1988, p. 13).

A história da educação especial no Brasil surge no ano de 1854 quando o imperador D. Pedro II criou o Instituto dos Meninos Cegos e em 1857, no Rio de Janeiro, surge também o Instituto dos Surdos-Mudos.

No ano de 1874 aparece uma instituição para atendimento de deficientes intelectuais o Hospital Estadual de Salvador na Bahia e em 1887 a Escola México no Rio de Janeiro. Apenas no ano de 1911 foram criadas instituições que ofertavam apoio educacional e assistencial ao deficiente intelectual, criando classes especiais e preocupando-se com a formação de professores para efetuar esse atendimento (JANUZZI, 1985).

Mesmo ocorrendo todas as criações destas instituições e preocupações no atendimento das pessoas com deficiência, isso acontecia de forma assistencialista, uma vez que não havia um pensamento educacional. O maior objetivo era ofertar uma espécie de treinamento para que esses indivíduos pudessem viver de forma independente.

A partir de campanhas realizadas nacionalmente como a Educação do Surdo Brasileiro (1957), Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes da Visão (1958) e Campanha Nacional para a Reabilitação dos Deficientes Mentais (1960), o interesse público na educação das pessoas com deficiência começou a ser alterado e repensado.

Essas iniciativas não estavam integradas às políticas públicas de educação e foi preciso o passar de um século, aproximadamente, para que a educação especial passasse a ser uma das componentes de nosso sistema educacional. De fato, no início dos anos 60 é que essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente, com a denominação de 'educação dos excepcionais' (MANTOAN, 2001, p. 01).

No ano de 1970, o governo começou a se organizar para a administração desses processos educacionais e em 1973 foi criado o primeiro órgão público federal, que tinha como objetivo gerenciar a educação especial no país, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Esse órgão tinha como finalidade organizar, regulamentar e gerenciar os atendimentos às pessoas com deficiência. Segundo Januzzi (1997), esse processo foi fundamental para alterar o atendimento às pessoas com deficiência, o que modificou os pensamentos de como poderia acontecer esse processo e mudou drasticamente as concepções voltadas à educação especial. Dessa maneira, os objetivos passados, que eram de filantropia e assistencialismo, começam a ser esquecidos e, assim, o desenvolvimento educacional começa a ser discutido.

Esse órgão oferecia assistência e subsídios aos estados e municípios no que diz respeito à educação especial. No ano de 1986, o CENESP foi substituído pela

Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE).

A Secretaria de Educação Especial (SEESP) apareceu no ano de 1992, sendo gerenciada pela Secretaria da Educação Básica. Mesmo com todas essas mudanças, as instituições especiais filantrópicas têm um grande poder no que diz respeito ao atendimento às pessoas com deficiência. Vale a pena ressaltar a implementação de classes especiais no espaço regular de ensino, que tinham como finalidade atender alunos com deficiência em escolas comuns, mas em classes separadas e com um atendimento educacional diferenciado. Estudos de Omote (2000) e Lacono (2006) mostram que esse tipo de estratégia não funcionou.

O pedido dos gestores no Paraná sobre a regularização das escolas especiais se inicia com o Parecer 108/10 CEE/CEB:

Autorização para alteração de denominação das escolas de educação especial como Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, na área da Deficiência Intelectual, com oferta de educação escolar nas etapas da Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e modalidade de Educação Profissional/Qualificação para o Trabalho e Educação de Jovens e Adultos Fase I, em conformidade com o que dispõe o art. no 21 da LDB 9394/96. (PARANÁ, 2010).

Esse pedido, além da alteração da nomenclatura da instituição, cria programas que não existiam dentro da escola. Dessa forma, o processo educacional poderia seguir como acontece no ensino comum, atendo os alunos nos seus respectivos programas. Esse pedido teve como autor a Federação Estadual das APAES do Estado do Paraná (FEAPAES/PR) e justificou o pedido da seguinte forma:

Apesar de as Escolas de Educação Especial estarem em consonância com o que determinam os atos, de ordem legal e administrativa, exigidos pelo Sistema Estadual de Ensino para sua legitimação, a exemplo do que ocorre com as escolas do ensino comum, oficialmente não são configuradas na categoria de estabelecimento de ensino que oferta educação escolar (PARANÁ, 2010).

A descrição acima afirma que as instituições estão atendendo todos os requisitos pedidos pela secretaria de educação, mesmo assim, não são consideradas estabelecimentos de ensino. A Secretaria de educação se manifestou a favor dessas escolas, afirmando que todas passaram por um processo de organização escolar, criando e organizando Projetos Políticos Pedagógicos, Regimentos Escolares e demais documentos que fazem parte de uma organização escolar:

[...] as Escolas de Educação Especial conveniadas com a Secretaria de Estado da Educação já integram a Lei do Sistema Estadual de Educação, uma vez que as mesmas são autorizadas pela SEED. O quadro docente dessas escolas é composto por 4.432 professores concursados do Estado e também das Prefeituras Municipais; a partir de 2003 as mesmas estão inseridas no Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE. À exemplo das escolas do ensino regular, sob orientação dessa SEED foram construídos e revistos documentos como: Projeto Político Pedagógico – PPP, Regimento Escolar – RE, Proposta Pedagógica Curricular - PPC e Plano de Trabalho Docente – PTD. Sendo também obrigatório o registro de evolução pedagógica do educando, que apresenta um sistema diferenciado de avaliação (PARANÁ, 2009, p. 91).

Assim, essas instituições estão organizadas e fazem parte de um processo educacional

organizado, não sendo mais instituições de cunho assistencialista, como sempre foram designadas. As instituições especiais trazem na sua história um papel extremamente assistencialista (D'ANTINO, 1998). Essas instituições foram criadas por leigos que naquele momento não compreendiam que os seus filhos poderiam ser educados em escolas do ensino comum. As instituições tinham por finalidade atender e “cuidar” desses alunos, esquecendo que a educação deveria ser o objetivo principal. Magalhães (2002) cita que foram criados mais de cinquenta estabelecimentos que atendiam pessoas consideradas deficientes. Essas criações partiram de iniciativas privadas e o poder público não participava desse processo, deixando que isso ocorresse de forma que a sociedade participasse nessa criação. Hoje em dia, o mesmo processo ocorre, uma vez que o poder público ignora esse fato e novas instituições vão sendo criadas para o atendimento de alunos com deficiência.

O atendimento de alunos com deficiência em instituições especializadas vai contra ao que entendemos como inclusão escolar (Inclusão: imperativo moral em contexto social excluyente).

Grupos excluídos na educação formal vão sendo acumulados nessas instituições onde passam, geralmente, a vida inteira frequentando os estabelecimentos. Sabemos que um processo que segrega certo grupo não corresponde a um aprendizado de qualidade. A diversidade na educação está presente no dia a dia e ela contribui para que o aluno obtenha um processo diferenciado na sua educação. A segregação nessas instituições acontece devido a um fator predominante na educação básica, que é a inclusão escolar. Escolas do ensino comum não estão preparadas para atender alunos que possuem algum tipo de anormalidade. A anormalidade seria no sentido de não fazer parte do normal ou média estipulada, como cita o mito de Procrusto. Se pensarmos dessa maneira, a segregação tende a crescer, tendo, assim, mais instituições com esse cunho assistencialista. Por outro lado, como afirma Omote,

É chegada a hora de admitirmos, sem nenhum constrangimento, que há deficientes para os quais a educação escolar, por mais inclusiva que possa ser, é absolutamente inviável. Esses deficientes, grave e muitas vezes multiplamente comprometidos, requerem assistência de outra natureza, que lhes assegure da melhor maneira possível as condições básicas de bem-estar físico, psicológico e social (OMOTE, 2003, p. 164).

O poder público muda a sua visão sobre elas, acreditando que esse atendimento pode ser realizado nas escolas da educação básica. Para isso, são lançadas regulamentações, estratégias e metas para que isso aconteça. No Brasil, a regulamentação mais recente é o Plano Nacional de Educação - PNE 2011-2020 (BRASIL, 2014). Esse documento modifica a educação especial, fazendo com que passe por todos os processos educacionais da Educação Infantil ao Ensino Superior, realização de atendimento educacional especializado (AEE), orientando alunos e professores sobre a educação especial nas classes comuns. O PNE considera os alunos da educação especial aqueles que possuem algum tipo de deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento e Altas Habilidades. Todas as orientações e regulamentações feitas pelo PNE orientam os alunos com necessidades educativas especiais a frequentarem escolas do ensino comum.

No estado do Paraná, em relação à educação especial e escolas especiais, houve um apelo dos gestores das instituições especializadas, que entendiam que as escolas de educação especial têm um papel importante na educação de alunos com deficiência, principalmente em relação à deficiência intelectual. Pensando nesse processo, pode-se dizer que houve um retrocesso no assunto debatido amplamente em vários setores, que é a inclusão escolar. Agindo dessa maneira, voltamos ao tempo em que instituições eram criadas para atender alunos que não faziam parte da normalidade educacional.

Dentro desse contexto, objetivou-se analisar o impacto da Resolução 3600/2011 – GS/

SEED, que alterou a “denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial” no estado do Paraná, na visão de docentes que atuam em uma instituição filantrópica que atende a estudantes com deficiência intelectual - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE) - situada nesse mesmo estado.

## MÉTODO

Para podermos entender as mudanças ocorridas no cotidiano escolar referentes à mudança definida pela Resolução GS/SEED 3600/2011, optamos por uma pesquisa qualitativa, que segundo Thomas, Nelson e Silverman (2007, p. 298) “busca compreender o significado de uma experiência dos participantes, em um ambiente específico, bem como o modo como os componentes se mesclam para formar o todo”.

A escolha desse método se deu também pelo campo e sujeitos pesquisados, seria impossível pesquisar e compreender um fenômeno de forma quantitativa, pois ele está ligado a vários fatores que compõem um grupo como: crenças, opiniões, valores e atitudes (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Pesquisar um fenômeno social implica tentar explicar o que acontece em uma situação em que o ser humano está diretamente envolvido. Esse envolvimento evidencia tal fenômeno como uma situação não exata, cabendo ao pesquisador explicar as etapas e tentar compreender todo o processo (LADRIERE, 1991).

Foi realizada uma entrevista com cinco professores que atuam na educação especial. O critério de escolha foi que os sujeitos deveriam estar lecionando na instituição antes da mudança e continuaram o trabalho após as mudanças. Diante da coleta que foi efetuada pelas entrevistas cedidas pelos professores da escola de Educação Especial, optamos por utilizar como discussão dos resultados a Análise de Conteúdo de Bardin (1977), que é definida como:

Um conjunto de técnicas das análises das comunicações visando obter por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Utilizando dessa técnica para a análise dos dados obtidos durante a pesquisa, iremos de encontro ao que a autora cita. Primeiramente, teremos a pré-análise das informações, para que, assim, possamos sistematizar as informações obtidas. Nesse processo, a experiência do pesquisador dentro da instituição, juntamente com os professores e as suas turmas, servirá de orientação para entender o processo como um todo.

Na segunda etapa, teremos a exploração do material bruto obtido nas entrevistas. Essa etapa consiste em descrever as respostas para que, na próxima etapa, os dados obtidos que merecem certo destaque possam ser identificados e destacados.

Na Análise de Conteúdo, a técnica para discussão e entendimento dos dados será a tematização, que segundo Bardin (1977) consiste em classificar os elementos conquistados durante a pesquisa em categorias sob títulos genéricos, tendo como objetivo agrupar informações de destaque, para que a sua discussão se torne mais efetiva.

## DADOS E DISCUSSÃO

A Resolução 3600/2011 alterou a educação especial no estado do Paraná, transformando essas escolas na modalidade da educação básica. Essa alteração era um pedido daqueles

que na educação especial participavam, mas do mesmo modo que essa formalização trouxe alguns benefícios, houve, também, várias inquietações e dúvidas. Quando questionado isso aos professores, eles responderam: “Nada, somente mudou o nome da escola, a única coisa que aumentou foram os relatórios avaliativos dos alunos” (P1).

A afirmação do professor evidencia que a mudança foi mais documental do que estrutural. Refletindo sobre essa mudança, destacamos que foi pedido da Federação das APAES, alegando que as escolas já funcionam de maneira em que atendiam todas as determinações da secretaria de educação (CEE/CEB).

Os professores 2 e 3 citam:

A única coisa que mudou é que o relatório deve ser mais direcionado, abrangendo todas as disciplinas. No restante não mudou nada apenas o nome (P2).

Pra mim não mudou muito, nosso currículo escolar já era flexível, alguns conteúdos que foram alterados não tem como trabalhar da forma que é trabalho em outras escolas. A lei mudou o nome, a escola continua a mesma, o livro de chamado se alterou. O meu trabalho continua da mesma forma (P3).

Dessa maneira, o pedido efetuado pela federação no parecer 108/10 CEE/CEB que destaca o atendimento aos alunos nas etapas da Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e modalidade de Educação Profissional/Qualificação para o Trabalho e Educação de Jovens e Adultos Fase I, demonstra uma possível organização escolar como acontece no ensino comum. O professor 4 cita: “Meu trabalho não mudou nada, mudou somente o nome, meu trabalho continua o mesmo, única diferença é que tenho mais documentos para preencher referente ao meu trabalho e ao aluno” (P4).

Todos os professores citaram que as mudanças que ocorreram foram o nome da escola e relatórios que devem ser feitos sobre os alunos. Isso demonstra que essa instituição trabalha da mesma forma que a resolução orientou, alterando somente o sistema de avaliação para um relatório individual e totalmente descritivo.

Em contrapartida, o Professor 5 cita na sua afirmação que a alteração de nomenclatura da escola mudou muito o seu trabalho em relação aos alunos. Na sua fala destacamos: “Mudou da água pro vinho, antigamente não tínhamos o reconhecimento como professores” (P5).

Nota-se que essa mudança traz consigo uma alteração de tratamento por parte da secretaria de educação, reconhecendo o professor pelo seu trabalho pedagógico diante a escola e os seus alunos. Esses professores são considerados profissionais assistencialistas e não pedagógicos. D’Antino (1998) afirma que as instituições foram criadas com os objetivos assistencialistas e não educacionais, uma vez que a preocupação era zelar pela pessoa com deficiência e não educar, até porque por muito tempo estas pessoas eram consideradas incapazes de aprender e se desenvolver. Continuando, o Professor 5 destaca: “Antigamente buscávamos para o aluno tudo o que ele precisava, agora precisamos atender a parte pedagógica exclusivamente” (P5).

Esse relato descreve o período no qual a preocupação era de se educar para a vida, pensando numa possível independência do aluno. Currículos funcionais eram muito trabalhados nestas instituições, tendo como conteúdos ações que provem o desenvolvimento social do aluno. Hoje após essa mudança, o professor deve se preocupar em atender a parte pedagógica educacional do discente, deixando o currículo funcional para outros profissionais que possam o desenvolver.

Acreditamos que essa seja a principal mudança ocorrida nestas instituições, pois a modificação no trabalho gera organização e debates. Cabe ressaltar que nas respostas houve uma contradição de ideias, enquanto professores citaram que nada mudou, que o trabalho continua o mesmo, outros citam que a mudança foi radical, alterando toda a sua forma de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2010, as Associações de Pais e Amigos dos excepcionais do Estado do Paraná, que são mantenedoras de várias escolas especiais, organizaram-se e pediram uma alteração de denominação das escolas mantidas por essas instituições, a fim de que fossem reconhecidas como modalidade educacional e não centros assistencialistas. Esse pedido foi fundamentado com um texto, demonstrando que tais escolas já realizam um trabalho educacional há muito tempo e que essa mudança iria alterar, significativamente, o funcionamento das escolas.

Diante desse pedido, no ano de 2011, o governo acatou e adicionou estas escolas especiais como modalidade da Educação Básica. Vale a pena ressaltar que, no Brasil, o único estado a realizar essa mudança foi o Paraná. Essa alteração trouxe modificações na escola, principalmente, no trabalho pedagógico dos professores.

A transformação ocorrida foi em decorrência da publicação da Resolução 3600/2011 SEED/PR, que determinou a alteração da nomenclatura das escolas especiais, classificando-as como modalidade da Educação Básica, o que gerou discussões e até estranhamentos.

Os professores que participaram dessa mudança relatam, na sua maioria, que nada mudou, apenas relatórios e documentos a serem preenchidos. Dessa forma, entendemos que as instituições tinham objetivos pedagógicos, fugindo da ideia assistencialista que D'Antino (1998) cita. As declarações reforçam o pedido efetuado pela Federação das APAES no ano de 2010 para que ocorresse essa mudança.

Outros professores citam que houve uma drástica mudança em seus trabalhos, que agora o principal foco era a alfabetização e que o seu papel como educador finalmente foi reconhecido. As escolas especiais sempre terão um objetivo assistencialista devido aos alunos que atendem. A deficiência, quando discutida na sociedade, traz um sentimento diferenciado e pessoas que trabalham com esses alunos fazem parte desse mesmo pensamento.

Os resultados da pesquisa demonstraram que amplos debates necessitam ser realizados quando se planeja alterar o funcionamento de instituições que atendem alunos com deficiência e a participação das pessoas que estão envolvidas no processo é de extrema importância.

É importante destacar que alterar nomenclatura não significa que houve mudança na estrutura ou organização de uma instituição ou escola, sendo necessário repensar novas estratégias e métodos de atendimento. Sugerimos novos estudos sobre essa alteração e como o processo educacional está sendo aplicado.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília - DF, 06 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 24 ago. 2015

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF, 09 jan. 2001b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 15 fev. 2013.

D'ANTINO, M. E. F. **A Máscara e o Rosto da Instituição Especializada**: marcas que o passado abriga e o presente esconde. São Paulo: Mennon, 1998.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

LADRIÈRE, J. “Prefácio”. *In*: BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1991. p. 9-22

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, M. T. **A Educação Especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>. Acesso em: 14 mar. 2016.

OMOTE, S. A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão. *In*:

BARBOSA, R. L. L. (org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 153-169

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de currículos inclusivos**. Paraná, 2006.

PARANÁ. **CEE Parecer 108/10 CEE/CEB**. Paraná, 2010.

PARANÁ. SUED/SEED. **Resolução 3.600/2011**. Autoriza a alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial. Paraná, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, reabilitação, emprego e terminologia. **Revista nacional de reabilitação**, p. 12-36, 2003.